

FUNDO MUN.DE SAUDE DE PRESIDENTE KENNEDY - ES

Estudo Técnico Preliminar 103/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 025597/2025

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente documento tem por justificativa a **AQUISIÇÃO DE SANEANTES E OLÉOS MINERAIS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES PARA O ANO DE 2026**, a fim de atender o setor da Vigilância Ambiental da Secretaria Municipal de Saúde que fazem uso dos presentes saneantes se faz necessário também para reposição de estoque, para atendimento às necessidades da Vigilância Ambiental deste Município por um período de 12(doze) meses, **prorrogável por até 5 anos conforme art. 106 da Lei 14.133/2021**. Cabe ressaltar que a Secretaria já adota essa medida de forma contínua e ininterrupta, assegurando a efetividade do trabalho de campo no controle dos vetores e pragas urbanas neste município de Presidente Kennedy – ES.

2.2. Ademais, à luz do **art. 106 da Lei nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que prevê a possibilidade de celebração de contratos de até cinco anos para serviços e fornecimentos contínuos, solicita-se que a **AQUISIÇÃO DE SANEANTES E OLÉOS MINERAIS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY /ES PARA O ANO DE 2026** seja planejada com base prerrogativa legal, garantindo maior eficiência administrativa, previsibilidade orçamentária e segurança jurídica.

2.3. Esta solicitação evidencia-se pela necessidade de aquisição de Saneantes: inseticidas e álcool, larvicidas biológicos, raticidas e moluscocidas, destinados à higienização, desinfecção ou desinfestação, em ambientes coletivos e/ou públicos, como também óleos minerais para uso em motores, termo nebulizadores e atomizadores costais, para atender às demandas da Vigilância Ambiental do Município de Presidente Kennedy/Es.

2.4. Tal aquisição se justifica pela necessidade material para realização das ações de prevenção e controle, que são essenciais para o normal desenvolvimento dos trabalhos de campo da Instituição.

2.5. Considerando que a não aquisição dos Saneantes e Óleos minerais poderá prejudicar os trabalhos de prevenção e controle, que são essenciais para p desenvolvimento dos trabalhos de campo da instituição, bem como, a necessidade em atender as demandas provenientes do setor da Vigilância Ambiental.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENADOR DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL	JOARMIVAN MOTA DE OLIVEIRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Assegurando a qualidade dos materiais a serem adquiridos, torna-se essencial as especificações contidas neste Estudo Técnico Preliminar:

4.1.1. Os materiais a serem ofertados deverão ser novos e originais, não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de alternativo, deverá estar adequadamente embalado de forma a reservar suas características originais.

4.1.2. Os materiais deverão ser entregues embalados, sem avarias, devendo ser identificado com informações precisas, correta, claras em língua portuguesa sobre suas características: qualidade, quantidade, composição, garantia, prazo de validade e origem; tendo como local para entrega o setor da Vigilância Ambiental.

4.1.3. Serão recusados materiais deteriorados, alterados, adulterados, com avarias, corrompidos, fraudados, bem como em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação, bem como que apresente características que venham a corromper o seu uso e utilização por este setor.

4.2. O recebimento definitivo, não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à qualidade do produto entregue.

4.3. Cumprir o prazo de entrega dos materiais adquiridos, não podendo este exceder **a 15 (quinze) dias** corridos, contados do recebimento da autorização para fornecimento;

4.4. No que se refere à **subcontratação**: Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, pois no que diz no Art. 122, da lei 14.133/2021, no inciso 3:

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois não há elevado risco de dano à administração pública.

4.6. Logo, concluímos que, devido a grande necessidade e urgência da contratação da empresa especializada em no fornecimento dos materiais mencionados a serem adquiridos neste Estudo Técnico Preliminar, **não será permitida a participação de cooperativas e nem participação de consórcio**, haja vista que os materiais a serem adquiridos são da média complexidade, e é importante considerar, também que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente com potencial técnico, profissional, operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste Estudo Técnico. Por fim, entendemos, assim, ser conveniente a vedação de participação de cooperativas e consórcios.

4.7. DA GARANTIA

4.7.1. No Art. 97. **O seguro-garantia** tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas por esta Lei:

I - o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora; II- o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

4.8. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

4.8.1 A CONTRATADA fica obrigada a substituir o(s) produto(s) já entregue(s) sempre que houver vício de qualidade ou impropriedade para uso imediatamente após a constatação do problema, sem ônus para a CONTRATANTE;

4.8.2. A CONTRATADA deverá assumir os custos de devolução/frete desses produtos.

4.8.3. A contratada deverá disponibilizar os materiais, a partir da ordem de fornecimento.

4.8.4. A empresa deverá observar e cumprir todas as condições previstas no Instrumento Convocatório de seus anexos. Para o atendimento da necessidade, a empresa a ser contratada deverá observar todos os aspectos necessários para o dimensionamento da solução, com base nas informações que constam neste documento, sobretudo quanto a necessidade do profissional adequado para aquisição das peças.

4.8.5. A CONTRATADA deverá fornecer e implantar a base estrutural necessária para sustentação dos módulos.

4.8.6. Os ônus de correções de imperfeições apresentados pelos produtos ou substituição dos mesmos, serão de responsabilidade exclusiva da licitante vencedora.

4.8.7. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações.

4.8.8. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;

4.8.9. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável por todos os produtos fornecidos, reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os produtos e o serviço de garantia, diretamente ou por prepostos designados;

4.8.10. Custear o frete relativo à devolução dos produtos defeituosos.

4.8.11. Responder pelos danos causados diretamente a Secretaria citada neste Estudo Técnico Preliminar ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos materiais;

4.8.12. Refazer, sem custo para o contratante, todo e qualquer procedimento, se verificada incorreção e constatado que o erro é da responsabilidade da contratada.

4.8.13. Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, seguros e quaisquer outras não mencionadas, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta do contrato, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade;

4.8.14. O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à qualidade do produto entregue. Havendo erro na Nota Fiscal ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo será suspenso, até que a empresa tome as medidas saneadoras necessárias;

4.8.15. O montante referente aos tributos e frete deverá estar incluso no preço dos objetos adquiridos;

4.9. DO PRAZO DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

4.9.1. A entrega dos produtos deverá ser efetuada em local, data, e horário estabelecido pelo setor solicitante e em conformidade com o que consta no item deste Estudo Técnico Preliminar;

4.9.2. Será entregue no setor da Vigilância Ambiental da Secretaria Municipal de Saúde, localizado na **Rua Antonio Jacques Soares, nº 18, Centro, Presidente Kennedy - ES, CEP 29.350-000 (Ponto de Referência: EM frente aos Correios e em frente ao SAMU)**, no horário de 07:00 às 16:00, de segunda à sexta.

4.9.3. A empresa deverá cumprir o prazo de entrega dos materiais adquiridos no setor da Vigilância Ambiental, não podendo exceder a **15 (quinze) dias** corridos, contados do recebimento da autorização para fornecimento.

4.10. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

4.10.1. A Secretaria designará previamente Fiscal de Contrato para acompanhar a entrega dos produtos, bem como nomeará, formalmente, um servidor para atestar o recebimento provisório e definitivo.

4.10.2. Os documentos fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos serão atestados pelos Fiscais de contrato designados.

4.10.3. A execução do contrato será acompanhada pelos Fiscais de Contrato, para proceder à fiscalização, que deverá atestar o fornecimento, para cumprimento das normas estabelecidas.

4.10.4. O fiscal anotará todas as ocorrências relacionadas às peças adquiridas em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

4.10.5. O Fiscal de Contrato designado pela Secretaria Municipal de Saúde poderá solicitar a substituição de um produto por outro em caso de má qualidade, imediatamente após a constatação e através de notificação via e-mail, ofício ou mensagens via telefone, contados a partir do recebimento daquele que foi devolvido, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 e 446 do Código Civil.

4.10.6. Somente após a verificação do enquadramento do produto entregue com as especificações definidas, dar-se-á o recebimento definitivo pelo servidor responsável no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento provisório.

4.11. DAS PENALIDADES

4.11.1. O descumprimento das obrigações assumidas em razão desta licitação e das obrigações contratuais sujeitará a(s) licitante(s) adjudicatária(s), garantida a prévia defesa, as seguintes sanções: Advertência e Multa.

4.11.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

4.11.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei;

4.11.4. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o termo de contrato, deixar de entregar a documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito à ampla defesa, também ficará impedido de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

4.11.5. As sanções de multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de notificação.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Objetivando identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração, foram averiguadas contratações similares realizadas por diversos órgãos, conforme consultas disponíveis nos endereços eletrônicos a seguir:

- <https://www.vetorialbrasil.com> = Vetoriais defensivos Agrícolas e Domissanitários LTDA – EPP.
- <https://www.agropaulos.com> = Agropaulos Produtos Saneantes Eireli – EPP.

5.2. Diante das consultas realizadas restou constar que a solução encontrada para atender a necessidade apresentada na SOP, é a **Aquisição de Saneantes e óleos minerais para atendimento das demandas da Vigilância Ambiental do Município de Presidente Kennedy/ES.**

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução encontrada para o atendimento da necessidade proposta é a **Aquisição de Saneantes e óleos minerais**, mediante Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, sob o critério Menor Preço por Item, a fim de assegurar maior competitividade entre os concorrentes.

6.2. A aquisição dos materiais enquadra-se na classificação de bens comuns e a utilização de Sistema de Registro de Preços - SRP é justificada, por se tratar de uma estimativa de demanda que não podemos precisar, a qual ocorre ao longo do Exercício Financeiro.

6.3. Os materiais deverão atender as especificações contidas neste Estudo Técnico Preliminar, bem como cumprir os ditames dos órgãos que estabelecem critérios e diretrizes para fabricação e/ou comercialização, a fim de garantir a qualidade dos materiais a serem adquiridos.

6.4. Os materiais deverão possuir validade de no mínimo de 12 (doze) meses, e ser apresentado em embalagem original sem avarias, com identificações precisas, claras e em língua portuguesa sobre suas características: qualidade, quantidade, composição, garantia, prazo de validade e origem;

6.5. Para assegurar a qualidade dos materiais a serem adquiridos, para a presente aquisição torna-se essencial a exigência dos requisitos técnicos a seguir:

6.5.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento do(s) objeto(s) licitado(s), mediante declaração, preferencialmente em papel timbrado, firmada por pessoas jurídicas públicas e/ou privadas, que sendo clientes da licitante, atestem a capacidade da mesma para proceder ao fornecimento do(s) objeto(s) licitado(s); (com identificação e endereço da pessoa jurídica emitente, nome e cargo do signatário).

6.5.2 A vencedora do certame obrigatoriamente deverá apresentar certificado de cadastro, conforme a **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)** expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), devidamente atualizada e em nome da licitante, devendo sua atividade/classe estar de acordo com o item ofertado na proposta de preço, em estrita conformidade com o Art. 3 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC/ANVISA nº 16, de 1º de Abril de 2014 e Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, Art. 67, Inciso IV.

6.5.2.1 A AFE é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais, conforme Art. 3º, III, da RDC nº 16, de 1º de Abril de 2014.

6.5.2.2 É definido pela ANVISA como distribuidor ou comércio atacadista toda empresa que exerce a atividade de comércio de medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e/ou saneantes, em quaisquer quantidades, realizadas entre pessoas jurídicas (CNPJ para CNPJ), conforme Art. 2º, VI, da RDC nº 16, de 1º de Abril de 2014.

6.5.3 CERTIFICADO DE REGISTRO DO PRODUTO, expedido pela Agência Nacional de vigilância Sanitária - ANVISA, devidamente válida na forma da legislação específica vigente, ou cópia da respectiva publicação no diário oficial da União, ou respectivos "prints" da página na ANVISA na internet, os quais estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente, visando comprovar que o produto pode ser utilizado em área urbana, ou prova de isenção de registro.

6.5.4 Declaração de que a empresa se compromete a recolher as embalagens vazias dos materiais, após a tríplex lavagem (quando aplicável), no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de recebimento das solicitações oficiais do setor responsável - Secretaria Municipal de Saúde - cumprindo com o exigido na Resolução - RDC nº 52 de 22 de outubro de 2009 - ANVISA.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 No que se refere às quantidades, cabe esclarecer que a quantidade estimada visa suprir as necessidades de um período aproximado de (12) doze meses **prorrogável por até 5 anos conforme art. 106 da Lei 14.133/2021**. Os objetos destinam-se à reposição de estoque, para atendimento às necessidades da Coordenação de Vigilância Ambiental deste Município e as quantidades foram estimadas com base na demanda, considerando-se informações de consumo anteriores (*Ata de Registro nº 348/2024, **anexo I***) acrescentado por uma margem de segurança para não haver falta no estoque, algo que prejudicaria o andamento das ações prevenção e controle dos fatores de risco ambientais relacionados às doenças ou a outros agravos à saúde.

7.2 Segue o quantitativo levantado pelo setor, conforme a necessidade do objeto do **anexo I**:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
01	Inseticida líquido para uso Profissional/ Saúde Pública específico em termonebulização, formulação Solução Aquosa, piretróide a base de deltametrina na concentração de 5%, com registro no Ministério da Saúde para o controle de moscas e mosquitos (Aedes e Culex), apresentado em balde de 20 litros.	Balde	02
02	Inseticida líquido, suspensão concentrada (SC) a base dos ingredientes ativos Beta-ciflutrina (piretróide) na concentração de 10,5% e Imidacloprido (neonicotinóide) na concentração de 21%, com registro no Ministério da Saúde para uso profissional e indicação no rótulo para o controle de baratas, formigas, traças, percevejo-de-cama, carrapatos, pulgas, moscas, aranhas, escorpiões e mosquitos (Aedes e Culex), registrado para uso em UBV. Apresentado em frasco de 250ml. Caixa de transporte contendo 20 frascos.	Caixa	10
03	Inseticida líquido, concentrado emulsionável do grupo químico dos piretróides a base de praletrina na concentração de 2,5%, sinergizado com butóxido de piperonila (PBO) na concentração de 10%, efeito Knock-Down sem residual, registrado no Ministério da Saúde para aplicações pulverizadas, FOG e UBV. Apresentado em frascos de 1 litro. Caixa de transporte contendo 12 litros.	Caixa	05
04	Inseticida de uso Profissional/Saúde Pública formulado em pó seco, pronto uso, a base de deltametrina na concentração de 0,2% (2g/Kg) e Carbonato de Cálcio a 99,8% (998g/kg), com registro no Ministério da Saúde para o controle de baratas das espécies Blatella germanica e Periplaneta americana, pulgas e formigas, apresentado em pacote plástico resistente de 1Kg. Registrado no Ministério da Saúde. Caixa de transporte contendo 12Kg.	Caixa	10

05	Inseticida líquido, butenolídeo associado com um piretróide na formulação EW (emulsão aquosa) a base de flupiradifurona na concentração de 2,63% (26,3 g/lit) e transflutrina na concentração de 5,25% (52,5 g/lit), contém na formulação o antievaporante FFAST, com registro no Ministério da Saúde para uso profissional em aplicações por Ultra Baixo Volume (UBV), indicação no rótulo para o controle do mosquito Aedes sp. Apresentado em frasco de 1 litro. Caixa de transporte contendo 12 litros._	Caixa	10
06	Baraticida em gel a base de sulfluramida na concentração 0,3% ou imidacloprid na concentração 0,3% de 2,15%, com DL50> 2.000mg, acondicionadas em bisnagas de 30 gr (caixa com 50 bisnagas).	CX	50
07	Formicida em gel a base de sulfluramida, ácido bórico ou imidacloprid na concentração entre 0,15% a 2,15%, em bisnagas de 10 gr (caixa com 50 bis).	CX	50
08	Gel repelente atóxico (sem veneno) e resistente a intempéries, a base de poliisobuteno na concentração de 60%, indicado para repelir pombos, morcegos, pássaros, formigas e ratos. Apresentado em bisnagas de 280g (300ml) com bico aplicador. Produto isento de registro no M.S./ANVISA.	Und	200
09	ÁLCOOL ISOPROPÍLICO 100% 1000ML de baixa toxicidade, rápida evaporação, não deixa resíduos, alto poder de solvência e não contém água,	Frasco	24
10	LARVICIDA BIOLOGICO BTI, Bacillus thurigiensis, sorotipo h14, CEPA AM 65 – 52 (conforme certificação pela OMS – organização Mundial de Saúde), 1 200 UTI/MG (Unidades Tóxicas internacionais por miligrama) Embalagem contendo 10 litros com lacre interno, embalagem hermeticamente fechada Registro na ANVISA com validade de 2 anos. Característica espumante para visualizar a área tratada, baixo odor indicado para o combate contra as larvas de Aedes aegypti, Culex quinquefasciatus ou Simulium pertinax (borrachudo)	BALDE	20
11	LARVICIDA BIOLÓGICO, formulação G, à base de Bacillus sphaericus, cepa ABTS – 1743, potência de mínima BS 50 BS UTI/MG - Unidades tóxicas internacionais/mg, indicado para controle de larvas de Culex e Anopheles. Composição: Ingrediente ativo: Bacillus sphaericus, Cepa ABTS 1743 - 7,5% p/p. Excipientes: Óleo de milho e Grânulos de sabugo de milho -92,5% p/p. Indicado para tratamentos em lagoas de esgoto, canais sépticos, lagoas de água desperdiçadas por animais, águas limpas com pouca concentração orgânica, habitat que contenham águas profundas ou superfícies densas. Registro no Ministério da Saúde com validade de 24 meses. Embalagem hermeticamente fechada em saco metálico protetor de 18,1 kg.	Saco	10

12	LARVICIDA BIOLOGICO WG bacillus thuringiensis israelensis, 3.000 uti (unidades toxicas internacionais) /mg, cepa am65-52, grânulos dispersíveis em água.com registro na Anvisa 3.258.60013 embalagens 1L ou kg.	Kg	50
13	Raticida formulado em pellets parafinados resistentes à umidade, do grupo químico benzotiofiranona, a base de difethialone na concentração de 0,0025%, anti-coagulante de efeito reversível, apresentado em sachês de 25g acondicionados em pacotes de 1Kg. Caixa contendo 10Kg.	Caixa	40
14	Raticida anticoagulante de dose única, uso profissional, do Grupo Químico Benzotiofiranona a base de Difetialone na concentração de 0,0025%, apresentado em blocos de aproximadamente 15g produzidos pelo processo de extrusão que potencializa a atratividade, palatabilidade e resistência a intempéries, acondicionados em pacotes plásticos do tipo "zip lock hermético" de 1Kg (66 a 67 blocos extrusados por kg). Registrado no Ministério da Saúde. Caixa de transporte contendo 10Kg.	Caixa	40
15	Moluscicida, lesmicida de uso profissional contendo 5% do ingrediente ativo Metaldeído, apresentado na formulação sólida, no formato granulado, fabricado com uniformidade dos grânulos, atrativo, na cor azul e resistência a umidade. Embalagem de 1kg contendo 5 pacotes de 200g. Registrado no Ministério da Saúde. Caixa de transporte contendo 10kg.	Caixa	20
16	Solvente para diluição de inseticidas de base Concentrado Emulsionável, formulado a partir de minerais de petróleo do tipo parafínico, sem emulsificantes, não agrícola, refinado e composto de hidrocarboneto com o objetivo de uso em termonebulizador. Propriedades físico-químicas: Líquido límpido de cor clara a levemente amarelada; Inodoro; Ponto de ebulição, 760mmHg, °C: 309; Faixa de destilação, 760mmHg, °C: 276 a 302; Ponto de fusão, °C: 160; Ponto de fulgor, °C: Mínimo 160; Pressão de vapor, 20°C, 760mmHg: >0,1; Densidade do vapor, (ar=1): >1; Densidade a 20°C: 0,820 a 0,865; Peso molecular: 298. Apresentação: tambor de 200 litros.	Tambor	10
17	Óleo lubrificante mineral para uso em motores dois tempos a gasolina refrigerados a ar. 500 ml	Frasco	24

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 767.680,00

8.1 Para fins de estimativas de valores para a presente aquisição, preliminarmente foi realizado levantamento de mercado, mediante cotação de preços junto a fornecedor do ramo, conforme segue em **Anexo I**.

8.2. Diante do levantamento de mercado realizado, o valor estimado para a presente totaliza R\$ 767.680,00 (setecentos e sessenta e sete mil e seiscentos e oitenta reais).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Na solução encontrada poderá ser realizada uma única licitação, com cada parcela do objeto sendo adjudicada em lotes/itens distintos, a fim de obter o menor preço por item proposto entre as licitantes interessadas.

Nesse sentido dispõe a **Súmula 247 do Tribunal de Contas da União**:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

9.1.2 Além do mais, o objeto a ser adquirido enquadra-se na classificação de bens comuns, podendo ser especificados de forma objetiva, podendo ser realizada na modalidade “Pregão Eletrônico para Registro de Preços”, **uma vez que** permitirá que a Administração Pública Municipal realize uma única licitação e as contratações ocorram em momentos distintos, com único valor unitário, em obediência aos princípios da economicidade e vantagem.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

7.1. A contratação encontra-se alinhada com o Planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista que os serviços públicos de saúde encontram-se previstos nas Metas do Plano Municipal de Saúde para 2022/2025, conforme disposto no ITEM 6.8.3 VIGILÂNCIA AMBIENTAL, IV- EIXO – VIGILÂNCIA EM SAÚDE, DAS ESTRATÉGIAS : VIGILÂNCIA AMBIENTAL, ITEM 1.1 DA AÇÃO 1: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL, disponível em www.presidentekennedy.es.gov.br. Além do mais, a presente contratação encontra-se prevista no Planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, contida no Plano Plurianual – PPA/2022 /2025 e no orçamento do exercício corrente.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Os materiais são de extrema importância para o trabalho do servidor nas medidas de controle de pragas urbanas, destacamos as seguintes atividades: descupinização, dedetização (Externa e Interna em locais diversos), desratização e combate a vetores diversos, combate ao mosquito *Aedes aegypti*, vetor transmissor da Dengue, Febre Chikungunya e Febre do Zika vírus e outros vetores transmissores como da Malária e Febre Amarela e Oropouche na fase adulta, consiste na pulverização de inseticidas por meio de Motor Bomba, mangueira de descarga e pistola para aplicação de água em jato ou pulverização e através de Termonebulizadores veicular e atomizadores costais motorizados.

12.2. O uso destes materiais está fortemente relacionado ao dia a dia de trabalho.

12.3. Vale ressaltar que as ações de prevenção e controle visam evitar a ocorrência de epidemias dessas doenças em nosso município, através da redução de infestação do vetor transmissor, face as variáveis condições climáticas em nossa região.

13. Providências a serem Adotadas

Não será necessário adotar providência administrativa para a gestão desta contratação

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os saneantes são produtos químicos de extrema importância, responsáveis pela erradicação de doenças e epidemias, controle de pragas, entre outros. Porém, sabe-se que o uso intensivo dessas substâncias potencialmente tóxicas tem provocado riscos à saúde ambiental. Os principais impactos no meio ambiente incluem contaminação da água, devastação, poluição do ar e alteração da fauna e flora. A química presente nos saneantes torna o impacto ambiental destes produtos ainda maior.

14.2. Embora o óleo mineral tenha diversas aplicações benéficas, seu impacto ambiental não pode ser ignorado. A produção e o descarte inadequado de óleo mineral podem levar à contaminação do solo e da água, afetando ecossistemas locais. O vazamento de óleo, mesmo em pequenas quantidades, pode causar danos significativos à fauna e flora aquáticas, além de comprometer a qualidade da água potável.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAO FILIPE LIMA E MENDES

Médico Veterinário da Vigilância Ambiental



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 10:33:54.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I.odt (51.41 KB)